

DUMPING SOCIAL E SUA REGULAMENTAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.

Talita Carniado Santos. Direito e Jete Jane Fiorati
Departamento de Direito Público. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Campus de Franca.

A globalização trouxe consigo um novo contexto para este século, transformando a economia e conseqüentemente as interações sociais no mundo. Até meados do século anterior, o mundo procurou estabelecer mecanismos de fiscalização do comércio internacional sem se atentar para área social. Surge, no sentido inverso, certa preocupação. Os países desenvolvidos levam a discussão sobre as assimetrias dos direitos trabalhistas domésticos dos membros da OMC - o que acarretaria a fuga de capital produtivo destes países para aqueles que menos oneram os empregadores - e exigem a elaboração de mecanismos jurídicos que insiram as cláusulas sociais como requisito para países que participam deste organismo internacional, a fim de se evitar o *dumping* social. Os países em desenvolvimento argumentam que tais medidas, se adotadas, seriam mais um parâmetro para políticas protecionistas que os colocariam em desvantagem ante as economias já desenvolvidas. A preocupação reside no desemprego que esta desigualdade estaria gerando nos países onde o custo da mão-de-obra seria mais alto, pois em um ambiente de concorrência saudável a harmonização dos custos do fator trabalho seria necessária. O *dumping* social necessita de tratamento entre os atores internacionais sem a simplificação e redução da questão à procura por culpados, entendendo que na maioria dos casos os países em desenvolvimento possuem uma legislação trabalhista por vezes mais rigorosa que a dos países desenvolvidos, mas carecedora de mecanismos eficientes para seu regular cumprimento.

A discussão iniciou-se durante a Rodada Uruguai. França e Estados Unidos da América defenderam sua inclusão do tema na OMC, que passaria a existir no plano jurídico no ano seguinte. Durante a primeira Conferência Ministerial desta Organização, realizada em Cingapura, os EUA propuseram a criação de um Grupo de Trabalho para exame de padrões trabalhistas fundamentais, os quais continham o direito à livre associação, direito de organização e reivindicação coletiva, proibição de trabalho forçado, eliminação de formas de exploração de trabalho infantil e não-discriminação em empregos ou ocupação. A Noruega defendeu a manutenção dos debates sobre meios de elevar os padrões trabalhistas mundiais e analisar como o comércio poderia contribuir para esse fim. Os países em desenvolvimento se opuseram, argumentando que os países desenvolvidos se utilizariam das cláusulas sociais como mais uma prática protecionista. A reunião concluiu pela importância das normas trabalhistas e da sua relação com o comércio internacional, fortaleceu a necessidade de colaboração entre OMC e a OIT, considerando esta última como competente para o tratamento do tema. O debate retornou na Conferência Ministerial de Seattle, em 1999, sendo suspenso e não foi incluso em Rodada posterior. Entretanto, algumas recomendações foram propostas: analisar, dentro da OMC, as relações entre padrões trabalhistas e comércio; estabelecer um grupo de trabalho para temas comerciais relacionados aos padrões trabalhistas que permute informações, promovendo maior intercâmbio com OIT e com outras organizações internacionais de temas sociais. Em 2001, em Doha, os membros da OMC unicamente reafirmaram no inciso oitavo da Declaração Ministerial, o compromisso feito em Cingapura, não prenúncios avanço sobre o tema.

Entretanto, existe a necessidade de tratar sobre o tema, para tanto se deve buscar por entendimento de qual a Organização competente. Há os que acreditam na influência direta do tema no comércio e defendem a abordagem perante a OMC. Outros acreditam que a competência só existe para a OIT por versar sobre aspectos do trabalho no âmbito internacional. Há ainda uma posição intermediária que defende a colaboração dos dois organismos cada um atuando em sua especialidade. A regulamentação na OMC divide opiniões. Os opositores apontam a ausência de competência, cabendo a OMC versar sobre o assunto trabalho exclusivamente. Entre aqueles que defendem o poder de sanção que possui é visto como única maneira para o cumprimento dos padrões trabalhistas a serem estabelecidos. Em relação à aderência institucional, a OMC possui vantagem incomparável ante a OIT: no momento em que o país torna-se membro passar a ser parte contratante de todos os acordos assinados, sendo assim estariam obrigados a observar todas as regras que versassem sobre o assunto na Instituição.

A razão deste estudo decorreu da divergência sobre regulamentação o tema perante a comunidade internacional. Por esta razão, por meio dos métodos, histórico, comparativo, monográfico

e sociológico seguiu esta investigação na busca de solução para controvérsias sobre qual Instituição Internacional seria competente para regulamentar o assunto. A análise histórica estabeleceu a influência de todos os acontecimentos passados no contexto atual. Logo, a investigação contextualiza os acontecimentos e seus reflexos no cenário atual globalizado, no qual a abertura dos mercados para o mundo trouxe reflexos não só econômicos e políticos, como sociais e por esta razão para o mundo jurídico. O exame das diferenças do tratamento do tema perante OMC e OIT aconteceu através dos métodos comparativo e monográfico. A pesquisa empírica aproximou o sistema normativo e a realidade social para diagnosticar a relação entre a ordem jurídica abstrata e a ordem social concreta com incursão analítica nos textos normativos para a posterior aplicação a fatos e atos concretos e assim, através da aplicação de princípios e idéias gerais compreender determinadas questões. A pesquisa documental e bibliográfica avaliou as consequências das diferenças nas condições de trabalho do cenário internacional

Importante salientar que os países em desenvolvimento têm grande desvantagem quando se trata de solução destas controvérsias internacionais, pois possuem poucos estudiosos desta disciplina, assim a formação e incentivo de tais profissionais são importantes para esta realidade sócio-econômica, garantindo a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento – realidade na qual o Brasil se insere. Resta enfatizar que em momento algum a presente monografia considerou a uniformização do direito trabalhista internacional, pois considera tal hipótese problemática por não considerar as diversidade dos sistemas de produção e as culturas das nações envolvidas. Portanto trabalho considerou o *dumping social* sobre sua forma, seus sujeitos, seus reflexos, as cláusulas sociais, os organismos envolvidos e sua regulamentação internacional.

O grande problema é que já existem iniciativas unilaterais, bilaterais e regionais sobre o tema, não havendo controle algum da conformidade das disposições com as normas multilaterais do comércio. Nestes acordos, os países em desenvolvimento se encontram mais vulneráveis e quase sempre saem em desvantagem. Deste modo, seria preferível a existência do multilateralismo voluntário, inserindo as cláusulas sociais através da observação de normas trabalhistas fundamentais ou ainda estabelecendo normas nos acordos comerciais e de investimentos. Destarte, acusar o uso das cláusulas sociais como medida protecionista ou barreira não-tarifária é renegá-las a análise superficial. Se a comunidade internacional insistir em negar esta necessidade, outros meios serão utilizados para amenizar os efeitos nocivos das disparidades sociais, o que permitiria o uso de medidas socialmente injustas e não passíveis de controle da OMC.

A discussão acerca da regulamentação se esclarece quando considerada pela vertente dos direitos fundamentais do homem. A dúvida permanece relacionada ao caráter coercitivo das medidas repressivas da OMC que castigariam economias já fragilizadas. Contudo, esta Organização consagra o desenvolvimento dos seus Estados-Membros através do comércio internacional, logo não deve permitir prática desleal que estimula a desigualdade entre os países. Portanto, o tratamento deve ser feito não se esquecendo do seu caráter social. Coibir o *dumping social* se faz necessário não somente em respeito aos direitos humanos, mas também como alicerce ao crescimento econômico e social. Inibir prática ilícita do comércio e que desrespeita os direitos fundamentais propicia desenvolvimento pleno, afinal o fim há de ser sempre o pleno desenvolvimento do homem.

Referências bibliográficas

AMARAL, Antônio Carlos Rodrigues do. **Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

BAPTISTA, Luiz Olavo, HUCK, Hermes M, CASELLA, Paulo Borba. **Direito e Comércio Internacional: tendências e perspectivas. Estudos em homenagem a Irineu Strenger**. São Paulo: Ltr, 1994.

BARRAL, Weber. **Dumping e comércio internacional: a reglamentação antidumping após a Rodada Uruguai**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CASELLA, Paulo Borba e MERCADANTE, Araminta de Azevedo. **Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio? A OMC e o Brasil**. São Paulo: LTr, 1998.

CASTRO JÚNIOR, Osvaldo Agripino de. **Temas Internacionais de Direito do Comércio Internacional**. Vol. II. Santa Catarina: OAB Editora, 2005.

CHEREM, Mônica Teresa Costa Sousa e DI SENA JÚNIOR, Roberto. **Comércio Internacional e Desenvolvimento: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Saraiva 2004.

COSTA, Ligia Maura. **A OMC – manual prático da Rodada do Uruguai**. São Paulo, 1996.

DI SENA JÚNIOR, Roberto. **O dumping e as práticas desleais de comércio exterior**. Jus Navigandi, Teresina, a.4, n. 44, agosto, 2000. Disponível em:
<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=768>. Acesso em 09. maio.2005.

_____. **Comércio internacional e globalização – a cláusula social na OMC**. Curitiba: Juruá, 2003.

FIORATTI, Jete Jane, BATISTA, Ana Carolina Marossi. **Dumping social e sua disciplina no Direito Internacional**. In: Revista de Estudos Jurídicos UNESP. Vol 10. N. 6. Franca: Unesp, 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2000.

GOYOS JUNIOR, Durval Noronha. **A OMC e os Tratados da Rodada do Uruguai**. São Paulo: Observador Legal, 1994.

HENRIQUES, Antonio, MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de Direito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JENKS, C. Wilfred. **La Justicia social en el derecho de las naciones – el impacto de la OIT después de 50 años**. Madrid: Tecnos.

JOAHN PETER, Guilherme. **Antidumping: prática desleal no comércio internacional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

LAFER, Celso. **A OMC e a regulamentação do comércio internacional – uma visão brasileira**. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1998.

NASSER, Rabin Ali. **A liberalização do comércio internacional nas normas do GATT-OMC**. São Paulo: LTr, 1999.

OLIVEIRA, Silvia Menicucci de. **Barreiras Não Tarifárias no Comércio Internacional e Direito ao Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SILVA, Hélio Fernando Rodrigues. **Aspectos jurídicos do comércio exterior**. – São Paulo: Lúmen Júris, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. 2 ed. Atual e amp. São Paulo: LTr, 1987.

_____. **Convenções da OIT**. São Paulo: Ltr, 1994.

THORSTENSEN, Vera. **OMC: Organização Mundial do Comércio- Regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais**. 2 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2003.